

O poder informal da elite do Congresso

JORGE BASTOS MORENO
e CRISTIANA MENDES LOBO

BRASÍLIA — Para saber a reação de 569 parlamentares a sua intenção de ler da tribuna a última mensagem de seu Governo ao Congresso — o que implicaria na quebra do regimento interno da Casa — o Presidente José Sarney precisou consultar apenas cinco deles: Ulysses Guimarães (PMDB-SP), José Genoíno (PT-SP), Roberto Freire (PCB-PE), Miro Teixeira (PDT-RJ) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). Todos concordaram e ele falou. Collor ignorou a consulta e acabou impedido de ler da tribuna seu programa de estabilização econômica.

Apesar de ter passado quatro anos no Congresso, como Depu-

tado federal, o Presidente demonstrou desconhecer que, lá dentro, existe um poder informal, suprapartidário e quase invisível, que praticamente decide em nome da maioria — é a chamada elite ou “sacro colégio”, como batizou o próprio Sarney quando era Senador.

Os principais líderes desse “sacro colégio”, também conhecidos como “Cardeais”, admitem a existência informal do grupo e apontam cerca de 20 a 30 parlamentares como o centro de todas as decisões do Congresso. Para fazer parte da elite e ter assento nas reuniões do “sacro colégio” é preciso, antes de tudo, aparecer em Brasília com freqüência. Além disso, é necessário trânsito em várias correntes e capacidade de influência.

Há casos curiosos sobre a presença dos parlamentares no “sacro colégio”. O Deputado Luiz Eduardo Magalhães, por exemplo, nunca foi à tribuna e não exerce cargos importantes, mas tem uma liderança individual que não é ofuscada pela do pai — o ex-Ministro e governador eleito Antônio Carlos Magalhães — de quem também consegue ser o principal porta-voz.

Há um outro caso específico, que demonstra muito bem que, dentro do Congresso, o poder de decisão nem sempre está nas mãos das figuras mais marcantes: com a morte de Afonso Arinos, reina praticamente sozinho como representante da elite intelectual brasileira no Congresso o professor e sociólogo Florestan Fernandes (PT-SP).

Mas, da mesma forma que Roberto Campos, Florestan Fernandes usa seu talento mais para fora do que para dentro do Parlamento, através de artigos, ensaios, comentários e palestras. Na hora de exercer influência dentro do Poder Legislativo, conta muito mais no PT a capacidade de articulação do Deputado José Genoíno.

A elite parlamentar é uma instituição que vem desde os tempos do Império, lembra o ex-Presidente José Sarney. Ela começou a ser criada com a proclamação da República e teve seu ponto alto com a criação das duas primeiras Faculdades de Direito — a de São Paulo e Recife. O alemão Julius Franklin criou no Brasil uma entidade similar que atuava em seu País, a

Burchensahft, que no Brasil recebeu a denominação de “Bucha”, também chamada de “Sociedade dos Moços” — uma entidade secreta, com ideais libertários para a época. A “Bucha” era formada por estudantes, filhos da chamada elite que atuava nos grandes centros. Ela influiu nas eleições de Presidentes e comandou o Congresso e o Poder Judiciário até praticamente a Revolução de 30.

Os integrantes dessa elite reconhecem que, com o afastamento do Secretário Geral da Mesa da Câmara, o todo poderoso Paulo Afonso, há dois anos, alguns parlamentares começaram a ter acesso ao poder de decisão. No período de Paulo Afonso, os parlamentares que freqüentavam seu gabinete eram escolhidos a

dedo — e ele chegou a ter mais importância do que muitos Presidentes da Câmara.

Mas o poder de decisão não é determinado apenas pelo convencimento, mas também pelo regimento — afirma Ibsen Pinheiro, Líder do PMDB na Câmara.

Ibsen recorda que, quase no fim da Constituinte, a maioria dos parlamentares concluiu ser desnecessário a criação de dois Conselhos: o da República e o da Defesa. Resolveram fazer a fusão dos dois. Mas apenas um Deputado, Haroldo Lima, valendo-se da sua condição de Líder do PC do B, impediu que, por acordo de liderança, fosse elaborada uma emenda supressiva. Prevaleceu a vontade de um contra a de 569.